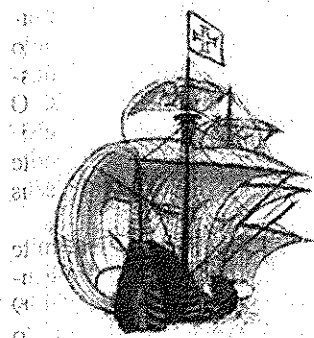


ENTREVISTAS DA 2ª

Nenhuma colonização é boa, diz o português Romero Magalhães



Para historiador, brasileiros já tiveram tempo suficiente para reverter desigualdades sociais que poderiam ter sido causadas pela colonização

RUI NOGUEIRA
Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

A colonização não pode ser usada sem critério histórico para justificar as mazelas de hoje. Na opinião do historiador português Joaquim Romero Magalhães, 57, isso produz um "anedotário" de falsas explicações.

Romero Magalhães é o comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, que coordena toda a programação e os estudos em torno do movimento de expansão marítima. Criada em 86, a CNCNDP encerra os trabalhos em 2001, com a comemoração da descoberta da Terra Nova.

Magalhães falou à Folha, por telefone, da lenda da Escola de Sagres, que nunca existiu, e do "achado" do Brasil por Pedro Álvares Cabral, que ele considera obra do acaso. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Folha - O sr. critica o uso do esquema multiculturalista, importado dos EUA, para estudar a colonização portuguesa. Diz, inclusive, que produz resultados anedóticos. Por exemplo?

Joaquim Romero Magalhães - É anedótico dizer que os portugueses deram cabo da mata atlântica e do pau-brasil. Se nós raciocinarmos um bocadinho, veremos que os portugueses, ou qualquer europeu que fosse, nos princípios do século 16 (e mesmo até meados do século 19) não tinham

condições técnicas para derrubar tamanha extensão de mata. Não dispunham de serras mecânicas, o que levou à devastação da mata atlântica.

Isso é um problema brasileiro, isso aconteceu depois da Independência (1822). O anedotário é resultado de querer imputar razões que não são as daqueles tempos. É o anacronismo a entrar na história.

Folha - Qual é o pecado original da análise multiculturalista?

Romero Magalhães - O Brasil é o resultado de uma transformação de culturas que vão sendo processadas em um longo devir histórico, desde as comunidades naturais, primitivas, que não formavam uma comunidade, eram uma pluralidade, até aquelas que vão chegando da Europa e da África. Essas comunidades não se mantêm estáticas. E se nós quisermos fazer hoje uma análise do tipo 'isto é negro', 'isto é índio', 'isto é europeu', reduzimos uma variedade a três elementos apenas.

Isso é um erro porque desprezamos a dinâmica das várias culturas que se interinfluenciam. Exatamente o contrário de uma sociedade como a dos EUA, em que os vários núcleos se desenvolvem paralelamente, sem interação. Isso não serve para o Brasil.

Folha - A desigualdade na sociedade brasileira não é herança direta da colonização?

Romero Magalhães - Penso que não. Apesar de diferenças sociais também existirem em Portugal, não são tão gritantes como no Brasil. A verdade é que 180 anos

depois da Independência isso já podia estar corrigido. E não está.

Folha - Qual é, então, a síntese do legado da colonização portuguesa no Brasil?

Romero Magalhães - Nenhuma colonização pode ser reduzida a um rol de crimes, mas nenhuma colonização pode ser boa. A síntese do legado português no Brasil é a unidade do território que nunca chegou à ruptura. A unidade que leva a que a língua seja a mesma, que nem sequer variedades dialetais tenha. Disso, nós portugueses devemos nos honrar muito.

Folha - Para que servem datas como a dos 500 anos?

Romero Magalhães - São momentos de reflexão e de estudo. É evidente que, para isso, é preciso chamar a atenção, alertar as pessoas para a efeméride e, portanto, a festa é um componente que funciona apenas como desencadeador do processo de reflexão.

Folha - Há alguma importância histórica em saber quem chegou primeiro ao Brasil, se Cabral, Pinzón, Duarte Pacheco?

Romero Magalhães - Não. Aplicando uma frase de Capistrano de Abreu, sociologicamente o que marcou foi Portugal. Os espanhóis, ainda que como erudito recuse a presença dos espanhóis, nem sequer a toponímia deixaram, nem os nomes das terras ficaram. Se passaram pelo Brasil, ninguém deu por isso.

Folha - Cabral chegou aqui por querer ou por casualidade?

Romero Magalhães - Eu não tenho certezas. A documentação obriga a dizer que foi o acaso. To-



Tiago Petinga/Agência Lusa

Nome: Joaquim Romero Magalhães
Idade: 57
Especialidade: expansão ultramarina
Cargo: Comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e da Cátedra Jaime Cortesão da USP
Livros: Publicou recentemente "Portugueses no Mundo do Século 16, espaços e produtos" (edição da CNCNDP)

mou a lenda da Escola de Sagres, que nunca existiu como escola de navegação?

Romero Magalhães - Realmente a escola nunca existiu. Os compêndios de história em Portugal já nem falam da Escola de Sagres, no Brasil é que ainda têm isso. É uma coisa do século 19, quando se apostava na reforma da sociedade por meio do ensino escolar e não se admitia que no século 15 pudesse haver conhecimentos que não fossem aprendidos em um banco escolar.

É difícil voltar à sociedade do século 15 e pensar que as coisas eram observadas no convés das caravelas e que eram transmitidas informações sem passar por um processo de escolaridade. Havia aquilo que Camões e Garcia da Horta chamaram de "experiência madre das cousas", o "saber de experiência feito". É o saber empírico, transmitido sem o estudo escolar. Fomos viciados, do século 17 para cá, na idéia de que aprendizagem é sinônimo de escola.

Folha - Caetano Veloso disse, em entrevista a um jornal de Lisboa, que os portugueses passaram o tempo no Brasil a "sugar, sugar, sugar e matar índios". Qual é o seu comentário?

Romero Magalhães - Acho que isso vai bem a quem quer que vá bem. Não me parece que corresponda sequer ao pensamento do próprio Caetano Veloso. Ele se deixou embarcar em qualquer coisa que passou à frente. Além do mais, eu prefiro o Caetano a cantar do que a falar sobre coisas de que não sabe.

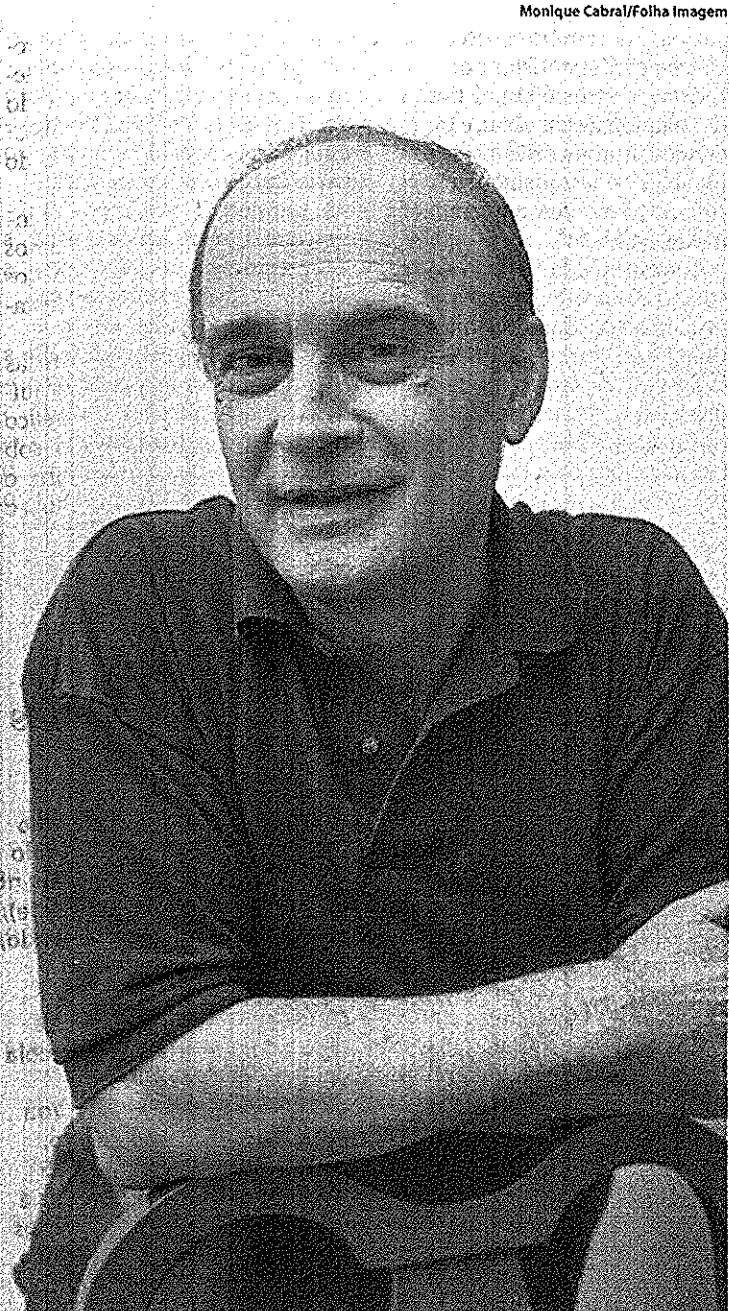
O historiador Romero Magalhães, da Universidade de Coimbra

davia, há elementos de ordem náutica que permitem suspeitar que as coisas poderiam ter sido de outra maneira. É verdade que os portugueses conheciam bem as rotas do Atlântico. Basta ver as rotas de Vasco da Gama e a de Cabral, que são diferentes porque variam os meses do ano, ventos e correntes. Isso faz pensar que havia fortes indícios que levaram à aproximação pelo oeste da frota de Cabral.

Repare que Cabral nem sequer levava padrões (colunas de pedra com as armas da Coroa portuguesa). O usual, quando ia a descobrir, era levar padrões para assinalar a posse por parte do rei de Portugal. No Brasil, tiveram de derrubar uma árvore e fazer uma cruz, para fixar próximo da Coroa Vermelha. Significa que a frota não ia a descobrir, mas havia fortes indícios de terra.

Folha - De que maneira se for-

Angolano relembra domínio brasileiro



Monique Cabral/Folha Imagem

CRISTINA GRILLO
da Sucursal do Rio

Durante um século —entre 1648 e fim dos anos 1740—, o Brasil dominou Angola, ocupando as funções de Portugal no controle da colônia e do tráfico de escravos. O domínio começou com o envio de uma armada financiada por comerciantes brasileiros para reconquistar Angola, então sob o domínio dos holandeses.

De acordo com o angolano José Gonçalves, 50, pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio, a ocupação brasileira em Angola foi o início de uma relação que, até hoje, alterna momentos de aproximação e rejeição. "Houve muita repressão em Angola, após a expulsão dos holandeses. Os brasileiros estavam lá para garantir o tráfico de escravos", diz Gonçalves. Leia entrevista do pesquisador à Folha.

Folha - Como era a relação entre Brasil, Portugal e Angola nos séculos 16 e 17?

José Gonçalves - Portugal tinha o mesmo projeto, de expansão mercantilista, para os dois países. Como os portugueses haviam perdido as colônias da Ásia, tiveram de se concentrar no Brasil, como produtor, e em Angola, como fornecedor de mão-de-obra.

Luanda é a primeira grande cidade africana fundada pelos europeus, em 1575. Quando os portugueses perdem a independência para a Espanha (1580-1640), só têm Angola e Brasil. O comércio de escravos e de açúcar dava um

lucro fenomenal, o que desperta o interesse da Holanda, que toma o que pode de Portugal (a invasão holandesa durou de 1624 a 1654).

Em 1637, instala-se em Pernambuco o conde Maurício de Nassau. Ele percebe que faltava mão-de-obra na região e que essa mão-de-obra estava em Angola.

Folha - O que acontece então?
Gonçalves - Nassau diz a Amsterdã que, para segurar Pernambuco, precisa de Angola. E os holandeses a tomam em 1641.

Folha - Durou muito tempo o domínio holandês em Angola?

Gonçalves - Não. Em 1648, as coisas já estão mudando no Nordeste e os portugueses já têm Pernambuco praticamente de volta. O rei de Portugal autoriza a retomada de Angola, mas não manda tropas. Quem o faz são os comerciantes do Rio, que se juntam para pagar uma armada e tomam Angola dos holandeses em 1648.

Folha - Houve resistência dos holandeses?

Gonçalves - Não. Como eles já estavam perdendo o Nordeste, Angola já não interessava. Em um dia, a armada brasileira tomou Luanda. A partir daí, todos os cargos importantes do governo eram ocupados por pessoas vindas do Brasil —governador-geral, bispo e comandante militar. E isso por quase um século.

Folha - Os governantes de Angola após a retomada eram brasileiros ou portugueses que moravam no Brasil?

Gonçalves - Havia as duas coisas. O que se pode dizer é que eram figuras muito repressoras. A escravatura, para eles, era um va-

Nome: José Gonçalves
Idade: 50
Cargo: é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes. É formado em Economia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. E fez mestrado em Economia na mesma escola.
Livros: participação em "O Estado em África" (ed. Khartala, Paris, 1964) e "União Europeia e os Países ACP (África, Caribe e Pacífico)" (ed. Khartala, Paris, 1968). Autor de "Angola, Fogo Intenso" (ed. Cotovia, Lisboa, 1992).

lor absoluto e a presença deles em Angola era para garantir o tráfico de escravos para o Brasil.

Folha - Como terminou o domínio brasileiro em Angola?

Gonçalves - Ao fim de quase um século de domínio brasileiro, Lisboa se assusta. O Brasil estava ganhando força. Por volta de 1750, Portugal tira de Angola todos os funcionários ligados ao Brasil e coloca partidários da Metrópole. Na Inconfidência Mineira, Portugal já retomara o controle, tanto que alguns dos conspiradores são degredados para lá.

Quando começa a haver uma repressão política no Brasil, Angola passa a admirar o país. Mas isso muda novamente com a Independência. Alguns setores angolanos chegam a pensar em acompanhar o Brasil, mas os mais críticos, ou mais à esquerda, percebem que o Brasil queria a Independência de Angola para ampliar seu domínio e manter o fluxo de escravos.

Folha - A "antipatia" persiste por muito tempo?

Gonçalves - Ela desaparece no período da proclamação da República, porque também havia um movimento republicano em Angola. Como não havia mais escravatura, os angolanos percebem que o interesse brasileiro no país não tem mais relação com a importação de mão-de-obra. A partir do início do século 20, todos os movimentos nacionalistas que surgiram em Angola têm alguma ligação com o Brasil. A ligação se intensifica depois da Segunda Guerra Mundial, quando intelectuais brasileiros e angolanos estreitam contatos. Há muitos intelectuais brasileiros citados em processos políticos em Angola, por incentivar a luta contra o domínio português. Nos anos 60, com Jânio Quadros, os contatos aumentam, mas a aproximação cessa com o golpe militar de 1964.

Folha - Qual foi o impacto de 1964 nas questões angolanas?

Gonçalves - Naquele momento, Portugal estava isolado no mundo, mas os militares no poder voltam a apoiar as políticas colonialistas do salazarismo. Depois, os militares passam a se envolver. Quando há a Revolução de Abril de 1974 em Portugal, e logo depois ganham força os movimentos de Independência de Angola, o Brasil não os apóia. Isso causou atritos entre os dois países, mas o então chefe do departamento de África do Itamaraty, Ítalo Zappa, consegue fazer com que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer a Independência de Angola, em 1975.